

A situação socioeconómica dos estudantes do ensino superior na ilha de Santiago – Cabo Verde

Neusa Maria Rocha Barbosa Vicente

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

neusavirocha@hotmail.com

Resumo¹

O trabalho de investigação que ora se apresenta tem como tema “**A situação socioeconómica dos estudantes do ensino superior na ilha de Santiago – Cabo Verde**”. Foi orientado pela seguinte pergunta de partida: em que situação socioeconómica se encontram os estudantes do ensino superior na ilha de Santiago, no período escolar? Para a obtenção da resposta a esta questão, fez-se um inquérito, por questionário, sendo uma parte controlada por entrevista telefónica, com perguntas fechadas e semifechadas, a uma amostra constituída por 913 estudantes, no ano letivo 2014/2015, de sete instituições de ensino superior, na ilha de Santiago, nomeadamente: Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, Universidade Intercontinental de Cabo Verde, Universidade de Cabo Verde, Instituto Universitário da Educação, Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais e Universidade de Santiago.

Os dados foram tratados no programa Statistical Package for the Social Sciences 21. Concluiu-se que na ilha de Santiago, no período escolar, a maioria dos estudantes vive com os familiares e amigos, para minimizar os custos; é desempregada; utiliza os transportes públicos; percorre em média cerca de trinta minutos entre a residência e a instituição de ensino superior que frequenta; não possui nem computador, nem portátil, raramente compra

¹ Vicente, N. (2017). A situação socioeconómica dos estudantes do ensino superior na ilha de Santiago – Cabo Verde. Dissertação de Mestrado. Lisboa, Portugal: Instituto de Educação, Universidade de Lisboa.

livros e o pai e a mãe fizeram o nível de ensino básico ou secundário. A biblioteca é pouco frequentada. Os apoios sociais, bolsas de estudo e subsídios, são concedidos a uma minoria e não chegam para cobrir todas as despesas escolares, ficando o grosso do financiamento sob responsabilidade do estudante ou do seu familiar.

Palavras-chave: Cabo Verde, instituições de ensino superior, acesso e financiamento do ensino superior.

1. Introdução

Cabo Verde é um país formado por 10 ilhas, sendo 9 habitadas (Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boavista, Maio Santiago, Fogo e Brava) e 1 desabitada (Santa Luzia). Algumas montanhosas e outras planas, rodeadas por alguns ilhéus, destacando-se os ilhéus Raso, Branco, Seco e Rombo. Fica situada na costa ocidental africana, com 4033 Km². Possui um clima tropical quente e seco, durante todo o ano, sendo três meses com alguma precipitação, agosto, setembro e outubro.

O ensino superior no país começou a dar os seus primeiros passos com a criação do Curso de Formação de Professores do Ensino Superior, em 1979, com cursos de grau de bacharelato. A partir da década de noventa começaram a surgir outras instituições de ensino superior, sedeadas na cidade da Praia e no Mindelo (Instituto Superior de Engenharia e Ciências do MAR em 1996, Instituto Nacional de Administração e Gestão em 1998 e Instituto Superior da Educação em 1995, que integraram na Universidade de Cabo Verde em 2008, e o Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais em 1991). A partir de 2000 surgiram as restantes instituições, contando em 2015 com 8 instituições privadas (Universidade Jean Piaget de Cabo Verde em 2001, Instituto de Estudos Superiores “Isidoro da Graça” em 2002, que passou a designar-se por Universidade do Mindelo em 2010, Mindelo - Escola Internacional de Artes e Universidade de Santiago em 2008, Universidade

Intercontinental de Cabo Verde, Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Santiago, e Universidade Lusófona de Cabo Verde em 2009) e 2 públicas (Universidade de Cabo Verde em 2008 e Instituto Universitário da Educação em 2012, que foi integrado em 2017 na Universidade de Cabo Verde).

O número de estudantes inscritos no ensino superior tem aumentado a um ritmo acelerado, atingindo a 13.397, no ano letivo 2013/2014 (MESCI, 2015), mas a tendência é para abrandamento do ritmo de crescimento nos últimos três anos, devido à tendência de redução da taxa de natalidade, redução da média de filhos por mulher e elevação do nível intelectual da população, principalmente das mulheres.

Com o sucesso em termos de crescimento do ensino superior em Cabo Verde, surge a necessidade de conhecer a situação em que se encontram os estudantes, no período escolar. Assim sendo, foi levado a cabo uma investigação, na sequência do curso de mestrado em Educação, ramo Administração Educacional, subordinada ao tema: “A situação socioeconómica dos estudantes do ensino superior, na ilha de Santiago – Cabo Verde”, cumprindo um dos requisitos para a obtenção do grau de mestre em Educação, orientada pela Professora Doutora Luísa Cerdeira. Para conhecer essa realidade, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Descrever o agregado familiar do estudante do ensino superior, na ilha de Santiago;
- Caracterizar a origem socioeconómica dos estudantes, através das habilitações do pai e da mãe, dos estudantes;
- Caracterizar o seu ambiente de estudo no período escolar;
- Identificar o meio de transporte mais utilizado pelo estudante, na deslocação às Instituições de Ensino Superior, na ilha de Santiago;
- Identificar as principais fontes de financiamento do ensino superior em Cabo Verde;

- Saber qual é a opinião do estudante, face a uma oscilação do valor da propina praticada, nas Instituições de Ensino Superior;
- Descrever a sua situação face ao emprego;
- Saber qual a opinião do estudante sobre a quem cabe a responsabilidade de financiar o ensino superior.

Utilizou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa, com realização de um inquérito, por um questionário estruturado, com perguntas fechadas e semifechadas, de autopreenchimento, adaptado do questionário utilizado por Cerdeira (2009), aplicado de forma presencial, pela investigadora, durante os meses de maio, junho, julho e agosto de 2015, com autorização das sete instituições de ensino superior em estudo das 8 existentes na em 2015 na ilha.

Dos 913 estudantes, com pelo menos uma segunda inscrição no ensino superior, que constituíram a amostra, 15% foram controlados com entrevista telefónica, com vista a completar as questões sem respostas. Os dados foram tratados no programa informático Statistical Package for the Social Sciences 21.

2. Apresentação dos resultados alcançados

Encontravam-se inscritos no ensino superior, em Cabo Verde, um total de 13.369 estudantes, no ano letivo 2013/2014, sendo 70% na ilha de Santiago (MESCI, 2015), dados que permitiram calcular a amostra. A população alvo foi os estudantes com pelo menos uma segunda inscrição no ensino superior, na ilha de Santiago, em 2014/2015, nomeadamente, os que estavam a frequentar os cursos de bacharelato e licenciatura, excluindo assim, os pertencentes aos cursos de complemento de licenciatura, mestrados, doutoramentos e ensino superior profissionalizante, que tiveram início no ano letivo 2014/2015.

Responderam o questionário 913 estudantes, sendo 33,8% das instituições de ensino superior públicas (86,0% da Uni-CV e 14,0% da IUE) e

66,2% das instituições privadas (15,7% da UNICA, 23,4% da Uni-Piaget, 23,4% do ISCEE, 14,5% do ISCJS, 22,9% da US). Segundo as respostas, são maioritariamente do sexo feminino (63,4%), de nacionalidade cabo-verdiana (98,0%), jovens (54,9%), solteiros (95%) e pertencentes à faixa etária dos 21 a 25 anos, dos dois sexos.

Entre os dois tipos de instituições houve uma diferença de 3,2% em relação ao sexo dos estudantes, a favor das instituições privadas. O número médio de filhos dos estudantes situa-se em 1,49, sendo 1,44 no ensino público e 1,52 no privado. Cerca de 41% afirmaram que têm irmãos a frequentarem o ensino superior, 79,9% dos estudantes das instituições públicas e 67,1% das instituições privadas não têm nenhum filho.

O nível de rendimento do agregado familiar e a situação dos beneficiários de apoios sociais

Cerca de 61% dos estudantes consideraram que pertencem a agregados familiares com rendimento “baixo” e “muito baixo”, sendo que o rendimento foi estruturado, por estimativa, em quatro níveis: alto (151.000\$00 ou superior); médio (61.000\$00 a 150.000\$00); baixo (31.000\$00 a 60.000\$00) e muito baixo (até 30.000\$00).

Dos 22,1% dos estudantes que receberam apoios sociais, bolsas de estudo e/ou subsídios, apenas cerca de 3% era do tipo reembolsável. A FICASE foi a fonte de financiamento considerada mais vantajosa pelos estudantes beneficiários.

O valor que os estudantes bolseiros receberam não ultrapassou os 20.000\$00 mensais, nem no público, nem no privado. Os do ensino superior público (77,6%) receberam à volta de 10.000\$00 mensais, ao contrário dos do ensino privado, em que a maioria (81,0%) recebeu entre 10.001\$00 a 20.000\$00. Com o apoio recebido, 47,5% “paga apenas a propina” e 48,0% “não chega para todas as despesas”. Dado que, 77,9% não tiveram apoio financeiro e 82,2% não trabalharam, as despesas ficaram sob a

responsabilidade dos estudantes e suas famílias. Assim sendo, “o dinheiro dos pais ou familiares” é, para os estudantes, a fonte de apoio e suporte financeiro de maior relevância na vida académica dos estudantes, pois, cerca de 78% consideram “importante e muito importante”.

A situação dos estudantes face ao alojamento e ambiente da residência no período escolar

Questionados sobre a sua residência habitual, 55,5% dos estudantes inquiridos responderam que residem na cidade da Praia, 19,2% em Santa Catarina, 4,8% no Tarrafal e 20,5% noutros concelhos. No período letivo, no último ano escolar, 84,8% dos estudantes residem no concelho da Praia, 10,1% em Santa Catarina, 4,9% em Tarrafal e 0,2% noutros concelhos.

A maioria dos estudantes (71,7%) vive na sua residência habitual. Dos estudantes que se encontravam deslocados, 30,3% pertencem às instituições públicas e 27,2% às privadas. Dos não deslocados, 69,7% são oriundos das instituições públicas e 72,8% das privadas.

Mais da metade dos estudantes vivi “com os pais/familiares” (63,0%), seguindo-se dos que vivi “com os colegas” (44,0% das escolas privadas e 18,2% das públicas), para minimizarem os custos (66,5% das instituições públicas e 72,8% das privadas).

Cerca de 88% dos inqueridos classificam o ambiente de estudo como adequado (razoável ou bom), o que lhes permite fazer os estudos em casa (45,3% do ensino público e 52,8% do privado). Praticamente todos os estudantes possuem energia elétrica nas suas residências, no período escolar, exceto 1% dos estudantes do ensino privado. Cerca de 3% dos estudantes do ensino privado não possuem casas de banho, 58,7% estão alojados num quarto individual e 41,3% em quarto partilhado, sendo os do privado com maior privacidade.

A situação habilitacional e profissional dos pais dos estudantes

Um dos indicadores da avaliação da situação económica de um indivíduo é a sua situação profissional, pelo facto de, “usualmente, se associar capital económico, capital cultural, condições de vida e profissão e de esta ser determinante do seu nível salarial” (Cabrito, 2002, p. 131). Os pais dos estudantes em estudo possuem na sua maioria o nível de ensino básico (pai 29,1% e mãe 29,4 %) e secundário (pai 18,4% e mãe 35,2%), à semelhança do que acontece a nível nacional.

As habilitações do pai dos estudantes do ensino público foram superiores no ensino básico (público 35,6% e privado 26,3%). No ensino privado notou-se maior número percentual de “pai” com habilitações de nível secundário (público 17,3% e privado 18,9%), seguido do superior (público 10,4 e privado 18,0) e médio/profissional (público 2,2% e privado 8,3%).

Em relação à habilitação da mãe do estudante, o nível de ensino secundário foi mais destacado tanto no público (38,1%) como no privado (34,0%), seguido do nível básico (público 38,8% e privado 25,0%). Os níveis de ensino médio/profissional (público 9,4% e privado 18,0%) e superior (público 7,2% e privado 17,2%) tiveram menores números percentuais, mas com destaque para as mães do ensino privado.

A análise dos dados reflete uma estrutura bastante desigual da participação dos dois sexos na atividade produtiva. Por um lado, os progenitores de sexo feminino ocupam uma proporção maior de lugares em relação aos do sexo masculino, nas seguintes profissões: “profissões elementares” (mãe 25,8% e pai 25,1%); “técnicos e profissionais de nível intermédio” (mãe 13,7% e pai 7,7%), “pessoal administrativo” (mãe 20,7% e pai 15,3%) e “pessoal dos serviços e vendedores” (mãe 23,0% e pai 22,3%).

Por outro lado, nas profissões que se seguem, a percentagem dos progenitores do sexo masculino é maior: “profissões especificamente militares” (pai 1,9% e mãe 0,8%); “especialistas das atividades intelectuais e científicos” (pai 6,1% e mãe 3,2%); “representante dos poderes legislativos,

executivos, diretores, gestores executivos” (pai 3,0% e mãe 1,5%); “agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta” (pai 10,1% e mãe 5,8%); “operários, artífices e trabalhadores similares” (pai 1,5% e mãe 0,7%); “operadores de instalações de máquinas e trabalhos de montagem” (pai 1,5% e mãe 0,2%). As mães ocupam maior percentagem no seio dos inativos (mãe 2,7% e pai 2,0%).

O “pai” com nível “básico” se encontra em maior número percentual em “profissões elementares” (47,0%); com nível secundário encontra-se na categoria de “pessoal dos serviços e vendedores” em maior número (31,5%); com o nível “médio/profissional”, destaca-se na categoria de “técnicos e profissões de nível intermédio” (42,4%). Com o nível “superior” destaca-se na categoria de “especialistas das atividades intelectuais e científicos (25,7%). Estes resultados assemelham-se aos dados apresentados no Censo 2010 (INE, 2012), segundo o qual os homens destacam-se como militares, operários e operadores de máquinas, agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, bem como em posições de decisão, técnicos e profissionais intermédios.

As mães com o nível de ensino “básico” e secundário encontram-se em maior número percentual nas categorias de “profissões elementares” (37,3% e 30,2%), com o nível médio/profissional tiveram mais destaque nas categorias de “técnicos e profissionais de nível intermédio” (41,4%) e com o nível superior concentraram-se em maior número nas categorias “técnicos e profissionais de nível intermédio” (43,4%). A nível nacional, a presença das mulheres é mais elevada em atividades de comércio e serviços, administração, profissões elementares e atividades intelectuais e científicas (INE, 2012).

Iguais profissões são ocupadas em maior percentagem por ambos os progenitores, com igual nível de responsabilidade, prestígio da profissão e o nível de escolaridade exigido confirmando a teoria de capital humano, por exemplo: nas “profissões elementares” (pai 25,1% e mãe 25,8%), “pessoal dos

serviços e vendedores” (pai 22,3% e mãe 23,0%) e “pessoal administrativo” (pai 15,3% e mãe 20,7%).

Cerca de 75% dos estudantes declararam que os seus pais possuem outras fontes de rendimento além do trabalho fixo, sendo de destacar os rendimentos provenientes da agricultura e da pecuária (67,1%).

Proveniência dos estudantes e processo de acesso e ingresso no ensino superior

A maioria dos estudantes inquiridos, cerca de 79%, afirmou ter frequentado os estabelecimentos de ensino secundário públicos, 15,2% de ensino secundário privados e 5,6% de ensino secundário públicos e privados.

Os estudantes das instituições públicas conseguiram ingressar no ensino superior, logo que concluíram o ensino secundário, em maior número percentual (77,9%) do que os estudantes das instituições privadas (59,4%).

A maioria dos estudantes são provenientes das escolas secundárias públicas, tanto para os das IES públicas (88,6%) como para os das privadas (74,4%). Dos estudantes das IES públicas, 3,9% frequentaram as escolas secundárias públicas e privadas e os das IES privadas tiveram uma percentagem maior relativamente à proveniência (6,4%). Os estudantes das IES privadas apresentaram uma proveniência muito mais acentuada das escolas secundárias públicas (74,4%).

O fator “despesas que a família tinha que suportar” mereceu mais destaque no seio dos estudantes dos dois tipos de instituição (público 53,2% e privado 50,1%). A “família” foi mais influente para os estudantes do ensino privado (41,4%). Já “o desempenho académico no ensino secundário” influenciou mais os estudantes do ensino público (38,8%) do que os do privado (33,1%). Por último, a localização tem afetado mais os estudantes do privado (22,8%) do que do público (17,3%).

A influência do status económico da família é maior nos estudantes do ensino público (54,2%), porque “diminuiu as suas escolhas” na medida em que

as “despesas de educação não podem exceder um certo limite”, com 91,5% de concordância.

Constatou-se que o fator “despesas que a família tinha que suportar” mereceu mais destaque no seio dos estudantes dos dois tipos de instituição (público 53,2% e privado 50,1%). O fator “família” foi mais influente para os estudantes do ensino privado (41,4%) do que do ensino público (39,6%). Já “o desempenho académico no ensino secundário” influenciou mais os estudantes do ensino público (38,8%) do que os do privado (33,1%).

A influência do status económico da família é maior nas IES públicas (54,2%), pois “diminuiu as suas escolhas”, porque as suas “despesas de educação não podem exceder um certo limite”, com 91,5% de concordância.

A maioria conseguiu entrar pela primeira vez que se candidatou ao ensino superior (80,4%), tendo os do ensino público tido maior facilidade no acesso (81,4%). Os que não conseguiram entrar na primeira tentativa, tiveram em média 2 anos entre o processo de candidatura e ingresso, devido à falta de dinheiro para cobrir as despesas (90% das respostas).

Os estudantes do ensino privado frequentam o estabelecimento de ensino que escolheram em 1ª opção em maior número percentual que os do público (público 37,5% e privado 62,5%), o mesmo acontece em relação ao curso (público 36,0% e privado 64,0%). O sexo do estudante não teve nenhuma influência no processo de acesso ao ensino superior, em nenhuma instituição e/ou curso.

Num cenário de não entrada no ensino superior, a probabilidade de o estudante ficar em casa sem estudar, nem trabalhar foi rejeitada por cerca de 77% dos inqueridos. O mais certo seria frequentar outra modalidade de formação (37,0% “muito provável” e 42,8% “provável”).

No caso de haver um aumento do valor da propina até 50% do valor atual (entre 12.000\$00 a 20.000\$00 mensais), as respostas apontam para que cerca de 66%, comecem a trabalhar ou aumentarem o tempo de trabalho, como sendo “muito provável” ou “provável”. Os resultados comprovam a

vontade dos estudantes cabo-verdianos de estudarem e continuarem os estudos, o que já tinha sido constado nos estudos realizados pelo Banco Mundial (2012). Com um aumento superior a 50% do valor da propina atual, todos responderam que desistiriam.

Situação do estudante face aos empréstimos

A maioria dos estudantes não contraiu nenhum tipo de empréstimo ou obrigação que incorra num pagamento futuro, visando ajudar no financiamento dos seus estudos (99,6%), porque não tinham condições financeiras para efetuar um empréstimo (96,2%). Os 0,4% que contraíram pertencem a famílias com o nível de rendimento “baixo” (100%). Contraíram para cobrir as “despesas de propina e outras taxas” (75%).

Após o término do curso, 50% desses estudantes terão de pagar entre 200.000\$00 a 250.000\$00, 25% poderão atingir os 150.000\$00 e 25% superior a 250.000\$00. Os estudantes que mais empréstimos contraíram foram os com idade compreendida entre os 26 a 30 anos (2,1%) e os que trabalharam (2%), no último ano letivo.

Meios de transporte

O tipo de transporte mais utilizado pelos estudantes é o autocarro (31,9%), que funciona apenas na cidade da Praia, seguido do percurso feito a pé (30,0%), utilização de viaturas Hiaces (16,6%) e a combinação dos Hiaces, autocarros e percurso a pé, já que muitos estudantes das zonas rurais fazem um certo trajeto a pé, depois apanham Hiace ou “carrinhas de caixa aberta”.

Quando se compara as respostas dos estudantes dos dois tipos de ensino fica-se a saber que, os autocarros e os percursos a pé foram mais utilizados pelos estudantes do ensino público (40,6% e 42,4%). Os Hiaces foram mais utilizados pelos estudantes das instituições privadas (20,2%) contra os do público (8,6%). Um número reduzido de estudantes declarou que possui “viatura própria” (0,7% do público e 4,1% do privado).

Acesso aos produtos e serviços nas instituições de ensino

Relativamente à posse de cartão, cerca de 90% dos estudantes afirmaram que possuem o cartão de débito, mas não possuem cartão de crédito.

No que concerne ao acesso à internet, todos os inquiridos afirmaram ter acesso, 41,8% possui equipamento informático (portátil/computador/tablet) e 36,6% conseguiu comprar todos os materiais didáticos e equipamentos necessários.

As instituições oferecem serviços de cantina onde os estudantes podem fazer as suas refeições. Entretanto, a maior parte dos estudantes (77,1%), disseram ter utilizado esse serviço “raras vezes”, porque “fora da escola os preços são mais baixos”, com 87,3% das respostas dos estudantes das instituições públicas e 84,9% das privadas. O mesmo acontece com a frequência das bibliotecas em que 97% das respostas foram “raras vezes”.

Opinião dos estudantes sobre quem deve financiar o ensino superior

No que tange à opinião dos estudantes sobre a quem cabe a responsabilidade de financiar o ensino superior, 85,8% defenderam que “o ensino superior é um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado”. A discordância foi maior na opinião de que “o custo do ensino superior deve ser maioritariamente suportado pelos seus beneficiários diretos: os estudantes”.

3. Considerações finais

Os pressupostos básicos que nortearam esta investigação foram confirmados pelos resultados obtidos. O primeiro pressuposto é de que os estudantes do ensino superior, embora tenham legalmente acesso ao ensino, para frequentar as instituições e sustentar financeiramente os seus estudos, dependem fortemente das condições socioeconómicas dos seus familiares, das políticas de apoio social e instrumentos privilegiados para a concretização desses apoios. Concluiu-se que, para ter acesso ao ensino superior o

estudante, na ilha de Santiago, deve possuir um certificado de conclusão do ensino secundário, conseguir vaga no curso que pretende, na instituição que escolher e ter aprovação no teste de aferição de competência, em algumas instituições.

As condições económicas e financeiras são fundamentais para que o estudante possa permanecer na instituição. A capacidade financeira da família é a mais importante, pois, a maioria dos estudantes afirmou que, depende dos apoios dos pais e familiares, mesmo para os beneficiários de apoios sociais, uma vez que, esses apoios são reduzidos e não chegam para cobrir todas as despesas escolares e de vida.

O segundo pressuposto é de que, sendo Cabo Verde um país com alta taxa de agregados familiares com “baixos rendimentos”, os estudantes do ensino superior, provavelmente, enfrentam grandes dificuldades financeiras, o que limita a sua capacidade de aquisição de materiais didáticos e equipamentos que, de certo modo, os ajudariam a conseguir melhores resultados académicos e adquirir conhecimentos mais abrangentes sobre os cursos que frequentam. Esta hipótese ficou comprovada, na medida em que, 61,0% dos estudantes inqueridos são provenientes de famílias com “muito baixo” e “baixos” rendimentos e 63,4% não conseguem comprar os materiais didáticos e equipamentos necessários.

O terceiro pressuposto é de que, sendo Cabo Verde um país arquipelágico, formado por dez ilhas e vinte e dois concelhos, com concentração das instituições de ensino superior em duas ilhas, Santiago e São Vicente, os estudantes das restantes ilhas sentem-se obrigados a se deslocarem, durante o período letivo, para as ilhas onde estudam ou para outros concelhos na ilha de Santiago, acarretando diversas dificuldades em termos de acolhimento e estadia. Este pressuposto, também, foi confirmado pelas respostas dos estudantes inqueridos, na medida em que, 28,3% dos estudantes se encontravam deslocados da sua residência habitual. Os meios de transporte mais utilizados são: na cidade da Praia o autocarro; em Santa

Catarina e no Tarrafal as carrinhas de “caixa aberta” e Toyota Hiace. Conjugam o percurso com o trajeto a pé (30,1%).

Apenas 1,0% de inqueridos declarou que residia em residência estudantil, na cidade da Praia. A maioria (63,0%) residia com os pais e ou familiares, no período escolar, para minimizar os custos, razão apontada por 86,3% dos inqueridos como sendo “muito importante” e “importante”. Portanto, as despesas de alojamento e estadia ficam por conta dos estudantes e/ou suas famílias, quando não conseguem apoios sociais.

O número de estudantes inscritos no ensino superior aumentou consideravelmente. Se no ano letivo 2000/2001 as instituições contavam com 717 inscritos, no ano letivo 2013/2014 passou para 13.397. O número de instituições, também, aumentou de 6, em 2006, para 10, em 2014, com cursos diversificados. Portanto, pode-se afirmar que Cabo Verde é um caso de sucesso no âmbito do seu crescimento e diversificação.

As condições de acessibilidade ao ensino superior não são iguais para todos os estudantes devido a vários fatores. A natureza geográfica do país, constituído por dez ilhas, que sofre de carências agudas em termos de infraestruturas e transportes terrestres, aéreos e marítimos. Deficientes ligações entre as ilhas, custo de deslocação elevado, condicionam a igualdade de oportunidade. A concentração das IES na cidade da Praia acentua as desigualdades.

As instituições públicas recebem subsídios para o seu funcionamento, e o privado não, o que tem provocado diferenças acentuadas no valor da propina praticada, para as mesmas ofertas formativas, de 9.000 escudos, nas instituições públicas, para 12.000 a 20.000 escudos, nas instituições privadas, ultrapassando o valor do salário mínimo nacional, o que refletiu nas opiniões dos estudantes, pois, num eventual aumento até 50% do valor atual das propinas, 66,0% dos inqueridos responderam que seria “muito provável” e “provável” que começariam a trabalhar ou trabalhariam mais tempo e 33,4% desistiria. Com a probabilidade desse valor aumentar em mais de 50%, todos

responderam que desistiriam, demonstrando que o valor praticado é elevado para o nível de rendimento que possuem.

As políticas de financiamento do ensino superior não são abrangentes a todos os estudantes com o mesmo nível de rendimento, pois, segundo as respostas dos inqueridos, dos 45,7% dos estudantes pertencentes às famílias com rendimento “baixo”, apenas 24,9% foram beneficiados com apoios sociais.

No letivo 2014/2015 foram beneficiados 1.252, mas continuou a ser insuficiente e o sistema de financiamento com garantia mútua foi extinto, depois de dois anos de funcionamento, com um total de 540 beneficiados, o que demonstra que, a acessibilidade do ensino superior não depende da política de apoio social, mas sim do esforço dos estudantes e seus familiares.

O sistema de empréstimo não é muito apreciado pelos inqueridos, uma vez que, apenas 0,4% dos estudantes recorreram ao empréstimo, dos bancos ou de familiar/amigo, sendo todos das instituições privadas, pertencentes a agregados familiares com “baixos” rendimentos, devido à falta de condições financeiras para garantir o pagamento dos mesmos (96,2%). Os que contraíram, utilizaram os montantes para o pagamento de propinas (75,0%) e outras taxas (25,0%), sendo responsáveis por pagar a dívida no final do curso (25,0% entre 101.000 a 150.000 escudos, 50,0% de 201.000 a 250.000 escudos e 25,0% valor superior a 250.000 escudos).

Concluiu-se que, a situação socioeconómica dos estudantes do ensino superior na ilha de Santiago é “difícil”, pois, além dos fatores referidos no parágrafo anterior, 63,4% não possuem condições financeiras para adquirirem os materiais escolares necessários, 63,0% residem com os pais e/ou familiares como forma de minimizarem os custos, no período escolar (18,2% do público e 44,0% do privado), uma vez que, a maioria (77,8%) não trabalhou, no último ano escolar e destes 59,6% não receberam nenhum financiamento, além da ajuda dos familiares. As dificuldades são ainda maiores para 41,0% dos

estudantes que possuem irmãos no ensino superior. A fonte de financiamento considerada mais vantajosa foi a FICASE (público 48,1% e privado 62,2%).

Pelas respostas dos inqueridos, o ambiente de estudo na residência, no período escolar, é bom, pois, possuem as condições mínimas, nomeadamente, a existência de quartos individuais (58,7%), água canalizada (86,4%), energia elétrica (98,9%) e casa de banho (95,9%), o que lhes permitem estudar em casa, minimizando os custos, uma vez que não possuem condições financeiras para fazerem as refeições nas cantinas, nem permanecerem o dia todo nas instituições de ensino, muito menos para se deslocarem mais do que uma vez, devido ao alto preço dos transportes e a longa distância a percorrer.

Os estudantes inqueridos são na sua maioria, mais de 50%, provenientes de pais com baixos níveis de habilitação, básico (pai 29,1% e mãe 29,4%) e secundário (pai 18,4% e mãe 35,2%). Os pais dos estudantes do ensino privado possuem maiores habilitações de nível ensino médio/profissional e superior. Não existem diferenças significativas entre o nível de habilitações dos pais e o sexo dos estudantes inqueridos e o sexo dos estudantes não interfere na escolha dos cursos, nem na escolha das instituições. Defenderam que o “ensino superior é um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado” (57,6% “concorda completamente”).

As conclusões a que se chegou permitem apresentar as seguintes sugestões: criar mais residências estudantis; criar mecanismos de financiamento dos estudantes do ensino superior, junto dos bancos comerciais, com condições especiais de empréstimos, nomeadamente, taxas mais baixas e com menos burocracias; retoma de mecanismo de financiamento com garantia mútua, criada pelo Governo de Cabo Verde, em 2011, direcionado aos estudantes provenientes de famílias com baixos rendimentos e os estudantes trabalhadores; aumentar o montante de bolsas de estudo; oferecer incentivos fiscais às instituições que oferecerem bolsas de estudo e subsídios aos estudantes, que lhes oferecerem empregos durante o percurso escolar ou que comprometerem a empregá-los; criar transportes escolares direcionados aos

estudantes do ensino superior das zonas mais afastadas, permitindo o deslocamento diário e diminuindo as despesas para aqueles cujos pais pertencem a níveis de rendimentos baixo e muito baixo; criar incentivos às cantinas escolares, de modo a facilitar o acesso dos estudantes aos produtos oferecidos, já que a maioria é proveniente de famílias com baixos rendimentos; reativar o programa “Mundo Novo”; criar políticas de financiamento do ensino superior que permitem igualdade de oportunidade para todos os estudantes com o mesmo nível de rendimento.

BIBLIOGRAFIA

Banco Mundial. (2012). Construindo o futuro. Como é que o ensino superior pode contribuir para a agenda de transformação económica e social de Cabo Verde. Cabo Verde: Banco Mundial.

Cabrito, B. (2002). Financiamento do Ensino Superior. Condição Social e Despesas de Educação dos Estudantes Universitários em Portugal. Lisboa: EDUCA.

Cerdeira, L. (2009). O Financiamento do Ensino Superior Português. A Partilha de Custos. Tese de Doutoramento. Lisboa, Portugal: Universidade de Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística. (2012). Censo 2010. Praia, Cabo Verde: INE

Ministério do Ensino Superior Ciências e Inovação (MESCI). (2015). Anuário do Ensino Superior. Praia: MESCI.

Ramos, E. (2015). Beneficiários de apoios sociais dos anos letivos 2013/2014 e 2014/2015. Praia: FICASE.

Vicente, N. (2017). A situação socioeconómica dos estudantes do ensino superior na ilha de Santiago – Cabo Verde. Dissertação de Mestrado. Lisboa, Portugal: Instituto de Educação, Universidade de Lisboa.